

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.441.756 - SP (2019/0026553-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADOS : MARIA AMELIA SARAIVA - SP041233
NARAYANA TEIXEIRA VARGAS - SP375354
AGRAVADO : SEVERINO CARLOS DE LIMA
ADVOGADOS : LEONARDO LUIZ GLORIA DE ALMEIDA - SP301137
FABIO DE SOUSA CAMARGO - SP301081

DECISÃO

Trata-se de agravo, interposto pela HDI SEGUROS S.A, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado na alínea "a" e "c" do permissivo constitucional contra acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

SEGURO FACULTATIVO DE VEÍCULO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - AÇÃO IMPROCEDENTE - PERDA TOTAL - VEÍCULO COM ISENÇÃO TRIBUTÁRIA- PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO CONDICIONADA AO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PELO SEGURADO - NÃO CABIMENTO - RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO DEVIDO - DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (fl. 180)

Embargos declaratórios rejeitados pelo acórdão de fls. 195-197.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 6º da Lei 8.989/95; 97 do CTN; 757, 760 e 884 do CC, sustentando, em síntese, que, *levando-se em consideração que o Recorrido comprou o veículo com um preço inferior, decorrente do abatimento do IPI, nada mais justo que ele quite o IPI descontado de sua nota fiscal para que fosse indenizado pelo valor integral de mercado do veículo. Caso contrário, estaria o Recorrido lucrando injustamente pelo benefício fiscal.*

É o relatório.

A matéria objeto da demanda é, como se percebe, de competência da Primeira Seção, de acordo com o art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ ("tributos de modo geral, impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios").

Nesse contexto, determino a redistribuição do feito a um dos eminentes Ministros que compõem a col. Primeira Seção.

Redistribua-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator

